

N.F.Nº - 206921.0104/21-8
NOTIFICADO - JOÃO BATISTA SOUZA PEDRO
NOTIFICANTE - MARCOS VINICIUS BADARO CAMPOS
ORIGEM - DAT METRO/INFAZ ITD
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 29/12/2022

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**ACÓRDÃO JJF Nº 0237-01/22NF-VD**

EMENTA: ITD. RECOLHIMENTO A MENOS. DOAÇÃO DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS. A situação em questão se encaixa na regra de isenção de cobrança do imposto, prevista no inciso V da Lei nº 4.826/89. Infração insubsistente. Notificação Fiscal **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A presente Notificação Fiscal, lavrada em 31/08/2021, refere-se à exigência de ITD no valor histórico de R\$ 3.048,22, mais multa de 60%, em decorrência da seguinte infração à legislação do supracitado imposto:

Infração 041.001.005 – “Falta de recolhimento ou recolhimento a menor do ITD incidente sobre doação de direitos reais sobre imóveis”, com data de ocorrência em 12/05/2016.

Enquadramento Legal: art. 1º, II, da Lei nº 4.826/89.

Multa Aplicada: art. 13, II, da Lei nº 4.826/89.

O notificado, após ter sido intimado em 21/09/21 (AR à fl. 08), apresentou impugnação em 16/11/21 (fl. 10), alegando que o imóvel que foi objeto da notificação, trata-se de uma garagem na qual foi implantado um pequeno comércio de peixes e frutos do mar.

Argumenta que o referido imóvel servia como subsistência da família, mas que com a pandemia o mesmo ficou fechado por um ano, além de ter sido suspensa a venda de peixes e mariscos quando houve o derrame de óleo no mar da região nordeste.

Diante de tais justificativas, solicita isenção do tributo exigido, aduzindo que não possui condições de arcar com o valor cobrado, apresentando, ainda, Declaração de Hipossuficiência, à fl. 11.

O Notificante presta informação fiscal à fl. 26, dizendo que como único Bem a ser sucedido, o imóvel foi avaliado pela SEFAZ por R\$ 130.638,13, quando deveria ter sido por R\$ 65.319,07, tendo em vista que o “*de cujus*”, falecido em 01/11/2015 só possuía 50% do mesmo, segundo a Certidão do imóvel anexado ao processo (fl. 27).

Expõe que há isenção do ITD (*causa mortis*), com base na legislação vigente na data do óbito, para espólio inferior a R\$ 100.000,00. Acrescenta que também cabe a redução da doação em tela, em sua metade, com a redução do imposto da seguinte forma:

R\$ 65.319,07 (valor de 50% do imóvel) x 3,5% (alíquota) = R\$ 1.524,11.

VOTO

Inicialmente, constato não ter ocorrido qualquer das hipóteses previstas no artigo 18 do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal (RPAF), aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, capaz de inquirir de nulidade o lançamento de ofício em questão.

O lançamento de ofício exige ITD, em razão de recolhimento a menor do imposto incidente sobre doação de direitos reais sobre imóvel.

O Notificado apenas requereu a isenção da cobrança, alegando hipossuficiência e declarando que

a doação em questão é de um pequeno imóvel que serve de subsistência para família.

Da análise dos elementos constitutivos do processo, verifica-se que se trata de herança recebida pelo notificado, em função do falecimento de seu genitor.

Entretanto, como bem pontuou o notificante, por ocasião de sua informação fiscal, trata-se de um único Bem a ser sucedido, que foi avaliado pela SEFAZ por R\$ 130.638,13, quando deveria ter sido por R\$ 65.319,07, tendo em vista que o “*de cujus*”, falecido em 01/11/2015 só possuía 50% do mesmo, segundo a Certidão do referido imóvel, anexado ao processo à fl. 27.

Nessas circunstâncias, o artigo 4º, inciso V, da Lei nº 4.826/89, abaixo transcrito, traz hipótese de isenção da cobrança do ITD, que se aplica ao caso questionado.

Art. 4º Ficam isentas do imposto:

V - as transmissões causa mortis de bens ou direitos cujo valor total do espólio seja de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Verifica-se, portanto, que a situação em comento se trata de causa mortis e o valor do bem (R\$ 65.319,07, conforme já mais acima exposto), é inferior ao valor de R\$ 100.000,00, na data do óbito.

Do exposto, considerando que há regra de isenção para a exigência em lide, voto pela IMPROCEDÊNCIA da Notificação Fiscal.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, em instância ÚNICA, julgar **IMPROCEDENTE** a Notificação Fiscal nº **206921.0104/21-8**, lavrado contra **JOÃO BATISTA SOUZA PEDRO**.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 05 de dezembro de 2022.

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS – PRESIDENTE

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA – RELATOR

OLEGÁRIO MIGUEZ GONZALEZ – JULGADOR